



MUNICÍPIO DE CAMINHA

GABINETE DE CANDIDATURAS, EMPREITADAS E APROVISIONAMENTO

CADERNO DE ENCARGOS

**“APOIO LOGÍSTICO E TÉCNICO À PRODUÇÃO DE
ESPETÁCULOS E EXIBIÇÃO DE CINEMANO CINETEATRO DOS
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA PRAIA DE ÂNCORA”**

CONSULTA PRÉVIA

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal a execução da *prestação de serviços de Apoio logístico e técnico à produção de espetáculos e exibição de cinema no Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora*, de acordo com as cláusulas técnicas do caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. As obrigações para o prestador de serviços estão previstas nas cláusulas técnicas do caderno de encargos.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- 3.

Cláusula 4.ª

Prazo de execução

O serviço será prestado pelo período de 24 meses, com início no primeiro dia útil após a assinatura do contrato.

Cláusula 5.ª

Local da Prestação de Serviços

Os serviços objeto deste contrato serão prestados no concelho de Caminha, no Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, sito na Rua 5 de outubro, n.º 122, na freguesia de Vila Praia de Âncora.

Cláusula 6.ª

Preço base

O preço base definido para este procedimento é de **€ 49.900,00** (quarenta e nove mil e novecentos euros), que limita o preço contratual, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, sendo que o valor anual é de **€ 24.950,00** (vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta euros) acrescidos de IVA.

Cláusula 7.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Caminha deverá pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que não poderá ser superior ao preço máximo fixado no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo deslocações dos técnicos envolvidos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas ou patentes).

Cláusula 8.ª

Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Caminha nos termos da cláusula anterior, deverá ser paga num prazo de 60 dias após a receção, pelo contraente público, das respetivas faturas que deverão ser emitidas mensalmente e após a prestação do serviço.

2. Em caso de discordância por parte do Município de Caminha, quanto ao valor indicado na fatura, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3. Desde que devidamente emitida a fatura e observado o disposto no n.º 1, o pagamento será efetuado por transferência bancária.

Cláusula 9.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Caminha pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento calculada consoante as datas e prazos da prestação do serviço referente do contrato segundo a seguinte fórmula:

$$M=50xD$$

Sendo **M** o montante da penalidade e **D** o número de dias/horas em atraso.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Caminha pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até ao valor contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Caminha tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Caminha pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Caminha exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 11.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 12.ª

Comunicações e notificações

1. Na fase de formação do contrato todas as comunicações devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de endereço eletrónico/plataforma eletrónica.
2. Na fase de execução as comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas por via postal, por meio de carta registada com aviso de receção, salvo outra indicação da entidade adjudicante.

Cláusula 13.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusulas técnicas

O prestador de serviços deverá assegurar o apoio logístico e técnico à produção de todos os espetáculos e outras atividades organizadas e promovidas pelo Município de Caminha, que ocorram no Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora ao longo do ano, com as seguintes especificações:

- a) Assegurar a colocação de equipamento de som e luz residente que satisfaça as necessidades mínimas à realização de espetáculos/atividades e projeção de cinema;
- b) Executar todas as operações relacionadas com as exigências técnicas de cada espetáculo/iniciativa, designadamente, montagem, operação e desmontagem dos equipamentos de som e luz;
- c) Garantir sempre a presença de recursos humanos em número suficiente e com as qualificações necessárias à boa execução de todas as operações técnicas a cada espetáculo/iniciativa;
- d) Prestar apoio nas cargas e descargas e transporte de equipamento, sempre que tal se afigure necessário;
- e) Complementar o material de som e luz sempre que o rider técnico o exija e sempre que se verifique falha inesperada do mesmo e seja possível por parte do prestador de serviços complementar/ultrapassar essa dificuldade em conformidade com as características dos equipamentos técnicos e as condições do espaço;
- f) Deter, em plenas condições de vigência, seguros de responsabilidade civil, de acidentes pessoais/de trabalho, conforme aplicável, bem como, um seguro de todo o material e demais equipamentos que sejam sua propriedade ou que estejam a qualquer título em seu poder e que sejam utilizados na preparação e execução do espetáculo, quando aplicável;
- g) Deverá ter em consideração que os eventos e espetáculos a acolher ou a produzir são de diferentes naturezas (dança, teatro, música, performances, artes visuais e outras) tendo necessidades igualmente diversas e específicas para cada projeto que irá acompanhar;
- h) Assegurar a substituição de consumíveis necessários à realização do serviço, nomeadamente substituição de lâmpadas, fusíveis, entre outros.